



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



WESLAINE DO AMARAL MARTINS

**REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA CIDADÃ: ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS E
IMPACTO NAS PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE PORANGATU-
GO**

GOIÂNIA-GO

2024

WESLAINE DO AMARAL MARTINS

**REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA CIDADÃ: ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS E
IMPACTO NAS PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE PORANGATU-
GO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Mestrando Josimar Pires Nicolau do Nascimento.

GOIÂNIA-GO

2024



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA CIDADÃ: ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS E IMPACTO NAS PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO DE PORANGATU-GO

REFLECTIONS ON CIVIC SECURITY: COMMUNITY STRATEGIES AND THEIR IMPACT ON SECURITY PERCEPTIONS IN PORANGATU-GO MUNICIPALITY

Weslaine do Amaral Martins¹
Josimar Pires Nicolau do Nascimento²

Resumo

Este estudo aborda a questão da segurança pública, com foco na prevenção da criminalidade, em Porangatu-GO. Explora-se a eficácia das políticas e medidas adotadas para promover um ambiente seguro na comunidade. O problema de pesquisa reside na necessidade de compreender o impacto das estratégias de segurança pública na percepção de segurança dos cidadãos. O objetivo geral é analisar a percepção da comunidade sobre os programas de prevenção à criminalidade em Porangatu-GO, enquanto os objetivos específicos incluem investigar o conhecimento dos participantes sobre tais programas e avaliar sua efetividade. A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, incluindo entrevistas semiestruturadas e revisão sistemática de artigos relacionados. Os resultados revelaram uma percepção positiva sobre a eficácia dos programas de prevenção à criminalidade, destacando a confiança na Polícia Militar e o envolvimento da comunidade na vigilância. Considera-se que a integração de abordagens quantitativas e qualitativas proporcionou uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado. Os participantes demonstraram um nível significativo de conhecimento sobre os programas de prevenção à criminalidade, e a confiança nas ações da Polícia Militar foi amplamente reconhecida. Como direcionamentos para futuras pesquisas, sugere-se uma análise mais aprofundada das estratégias de prevenção da criminalidade e o papel das instituições públicas na promoção de ambientes seguros. Em suma, este estudo destaca a importância da colaboração entre o Estado e a comunidade na prevenção da criminalidade, fornecendo insights valiosos para orientar políticas públicas e práticas de segurança.

Palavras-chave: Policiamento; Criminalidade; Estratégias.

Abstract

This study addresses the issue of public security, focusing on crime prevention in Porangatu-GO. It explores the effectiveness of policies and measures adopted to promote a safe environment in the community. The research problem lies in the need to understand the

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças Turma J Goiânia-Go do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: weslainezarine@gmail.com

² Orientador. Mestrando em Engenharia de Produção pela UFG. Pós-Graduado em Autos Estudos da Segurança Pública e Matemática. Graduado em Pedagogia e Direito. Policial Penal, Diretor-Geral da Polícia Penal de Goiás, e-mail: josimar.nicolau@gmail.com. Telefone: 64 99233 8589.

impact of public security strategies on citizens' safety perception. The general objective is to analyze the community's perception of crime prevention programs in Porangatu-GO, while specific objectives include investigating participants' knowledge of such programs and evaluating their effectiveness. The research adopted a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative methods, including semi-structured interviews and systematic review of related articles. The results revealed a positive perception of the effectiveness of crime prevention programs, highlighting trust in the Military Police and community involvement in surveillance. It is considered that the integration of quantitative and qualitative approaches provided a more comprehensive understanding of the studied phenomenon. Participants demonstrated a significant level of knowledge about crime prevention programs, and trust in the actions of the Military Police was widely recognized. As directions for future research, a deeper analysis of crime prevention strategies and the role of public institutions in promoting safe environments is suggested. In summary, this study highlights the importance of collaboration between the State and the community in crime prevention, providing valuable insights to guide public policies and security practices.

Keywords: Policing; Crime; Strategies.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade nos coloca diante de uma realidade na qual a sociedade se encontra refém da crescente violência, uma problemática que tem se expandido descontroladamente em nosso país. Um fenômeno alarmante é a entrada precoce de jovens nesse universo da criminalidade, evidenciando a perda de controle sobre eles e a desobediência às regras e leis.

Segundo Adorno, Bordini e Lima (1999), a criminalidade tornou-se uma das principais preocupações sociais na agenda do cidadão brasileiro, conforme indicado por sondagens de opinião pública. Os índices de crimes violentos apresentam um aumento constante; em 2015, 18,4% dos homicídios registrados foram cometidos contra jovens de até 19 anos, sendo que 80% desses casos envolveram o uso de armas de fogo. Essa problemática é mais evidente em áreas onde os recursos são escassos, e a população enfrenta a carência de oportunidades, educação, trabalho, saúde, cultura, lazer e esporte, como apontado pela Fundação Abrinq (2017). Além disso, a maioria das vítimas pertence a grupos negros (pretos e pardos) e está inserida em contextos de vulnerabilidade social, urbana e de conflitos interpessoais (Lima; Silvestre, 2017).

Essa conjuntura exige uma análise profunda e a implementação de medidas efetivas em que a sociedade busca estratégias para participarem ativamente na prevenção da criminalidade, juntamente com a atuação das políticas públicas e de órgãos competentes, como a Polícia Militar.

A garantia da segurança pública é um direito previsto constitucionalmente. No entanto, diversos estudos indicam um aumento da violência no país, revelando um cenário alarmante diante de inúmeros desafios associados ao crime e à sensação de impunidade. Tais pesquisas sugerem que, em grande parte, as políticas públicas voltadas para a prevenção e combate da violência e criminalidade no país não têm alcançado êxito (Sousa et al., 2013).

A pesquisa sobre as estratégias de prevenção da criminalidade em Porangatu-GO é fundamental diante das implicações diretas para a segurança pública e o bem-estar da comunidade. A falta de uma compreensão específica das dinâmicas locais pode resultar em estratégias genéricas e ineficazes, representando um desafio para a Polícia Militar de Goiás na formulação de abordagens direcionadas, e impactando negativamente a sensação de segurança da população.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa preencher essa lacuna, oferecendo dados práticos que podem informar as estratégias de segurança. Isso beneficia não apenas a Polícia Militar de Goiás, mas também contribui academicamente para o entendimento mais amplo das dinâmicas de prevenção da criminalidade em contextos municipais. Ao destacar as limitações de pesquisas anteriores e os benefícios potenciais, a investigação visa influenciar positivamente a prática policial, as políticas de segurança e áreas afins, promovendo um ambiente mais seguro e resiliente em Porangatu-GO.

Diante desse contexto, o problema que norteia a pesquisa é quais estratégias são usadas pela comunidade da cidade de Porangatu, para que em parceria com a PMGO, seja possível elevar a sensação de segurança nesta região?

O objetivo geral da pesquisa é investigar as estratégias usadas pela comunidade para auxiliar a PMGO na prevenção da criminalidade no município de Porangatu-GO. Os objetivos específicos incluem realizar uma revisão da literatura sobre estratégias de prevenção da criminalidade em contextos municipais. Por fim, a pesquisa visa analisar os resultados qualitativos e quantitativos para identificar padrões e insights sobre a eficácia percebida das estratégias de prevenção da criminalidade em Porangatu-GO.

2 SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), o Estado tem o dever de zelar pela Segurança Pública, sendo direito e responsabilidade de todos os indivíduos. Isto é conseguido através de várias organizações que visam manter a ordem pública e proteger a segurança das pessoas e dos bens:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I — polícia federal;

II — polícia rodoviária federal;

III — polícia ferroviária federal;

IV — polícias civis;

V — polícias militares e corpos de bombeiros militares (Brasil, 1988).

Ao lado da criação das instituições de Segurança Pública e da conceituação do termo, a CF também delinea as responsabilidades das Forças Armadas em seu artigo 142 (Brasil, 1988), enfatizando seu dever de defender a segurança nacional, salvaguardar a soberania nacional, proteger a pátria, e assegurar o funcionamento das autoridades constitucionais.

Além disso, solidifica a inclusão do direito à segurança entre os direitos reconhecidos. Os direitos fundamentais dos indivíduos, tal como descritos no Artigo 5, não são apenas reconhecidos como direitos sociais no Artigo 6, mas também impõem ao Estado a responsabilidade de garantir a segurança pública. Esse reconhecimento considera a segurança pública um serviço essencial prestado pelo governo e, portanto, um direito inerente a todo cidadão (Brasil, 1988).

Os criminosos comprometidos com as suas atividades ilícitas estão em constante evolução, atualizando os seus métodos e operando de forma sincronizada, muitas vezes aproveitando tecnologia avançada que ultrapassa a da aplicação da lei. De acordo com Fernandes (2014), a eficácia da força policial depende da incorporação da investigação científica nas suas táticas, particularmente adaptando-as para abordar questões locais, como a implementação de policiamento em pontos críticos. Esta abordagem é muito promissora em termos de diminuição das taxas de criminalidade e da percepção de insegurança.

2.1 INICIATIVAS SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

À luz do avanço incessante do crime, é crucial que as organizações de segurança pública reconsiderem suas estratégias, uma vez que existe uma cultura equivocada em torno das políticas criminais, com um foco esmagador na repressão policial. Segundo Alves (2003, apud Silveira, 2012), segurança pública é o estabelecimento de um ambiente propício por meio da implementação de medidas adequadas, destinadas a manter sua integridade e facilitar as atividades, dentro e fora de seus limites, sem quaisquer interrupções.

Para alterar a situação atual, é necessária uma mudança na abordagem policial, concentrando-se em medidas proativas que priorizem o investimento em políticas preventivas. Esta abordagem revela-se mais impactante, pois envolve a análise dos fatores que antecedem a ocorrência de uma infração.

É importante ressaltar que o crime é uma ocorrência complexa e profundamente arraigada na sociedade urbana, e seu surgimento está ligado a diversos fatores sociais, institucionais e ambientais (Carpaneda, 2008). No entanto, mesmo com a diversidade de fatores que contribuem para o crime, é inegável que sua existência está ligada à convergência de três componentes-chave conhecidas como o triângulo do crime: um indivíduo que comete o crime, um alvo suscetível e um ambiente que facilita a ocorrência de atividade criminosa (Hipólito; Tasca, 2012).

Para compreender o conceito de prevenção do desenho urbano, é crucial contextualizar. Bondaruk (2007) introduz o conceito de Prevenção ao Crime Através da Arquitetura Ambiental, que engloba medidas destinadas a diminuir a probabilidade de crimes, alterando o desenho urbano e aumentando a sensação de segurança. A importância de espaços cuidadosamente concebidos e do envolvimento da comunidade nas políticas de prevenção do crime, bem como na melhoria da percepção de segurança, foi devidamente confirmada.

É evidente o contínuo desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas à correlação entre a criminalidade e os ambientes urbanos, bem como seus fatores físicos. No entanto, foi durante as décadas de 1960 e 1970 que as pesquisas focadas especificamente em áreas com altos índices de criminalidade começaram a tomar forma e a estabelecer as bases que continuam a sustentar este campo do conhecimento hoje (Tasca, 2013).

O conceito de vigilância natural funciona com base no princípio da observação e da visibilidade. Seu objetivo é aumentar a visibilidade do entorno, com a intenção de dissuadir comportamentos criminosos através da percepção de estar sendo vigiado. Embora os indivíduos que testemunham atividades criminosas possam não intervir diretamente, a presença de vigilância muitas vezes serve como um elemento dissuasor neste tipo de situação (Bondaruk, 2007).

Vale ressaltar que a vigilância natural pode assumir diversas formas, incluindo métodos mecânicos como o uso de lâmpadas e câmeras, métodos naturais como a visualização através de janelas e espaços vazios, ou métodos organizados onde indivíduos são designados para esse fim, como nas patrulhas policiais (Amaro, 2005).

O conceito de reforço territorial baseia-se na compreensão de que os indivíduos apresentam naturalmente comportamentos protetores e limitam os comportamentos

antissociais no seu entorno. Além disso, quando confrontados com ameaças potenciais de intrusos, notificam prontamente as autoridades para intervenção direta (Bondaruk, 2007). O objetivo é impedir o abandono da área e erradicar o potencial de intrusão. Estruturas negligenciadas e desconsideradas deterioram-se inevitavelmente quando deixadas sem vigilância. Ao promover o sentimento de preservação entre os moradores, o meio ambiente é alocado e utilizado de forma sustentável (Amaro, 2005).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE POLICIAMENTO OSTENSIVO E OUTRAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR NO COMBATE A CRIMINALIDADE

A principal estratégia para a prevenção do crime no policiamento moderno continua a ser o patrulhamento preventivo, que envolve a utilização de veículos visíveis. No entanto, estudos têm mostrado que quando esta abordagem é implementada aleatoriamente, sem considerar situações específicas, ela falha em controlar eficazmente o crime e a desordem ou em incutir uma sensação de segurança (Kelling et al., 2019).

O modelo de policiamento convencional, que distribui uniformemente os recursos policiais pelos distritos, não considera a concentração da procura de serviços policiais, tais como indicadores criminais, desordem e chamadas de emergência. Esta abordagem prejudica gravemente a capacidade do policiamento aberto de prevenir eficazmente o crime (Kelling et al., 2019). As organizações policiais tornaram-se mais receptivas às chamadas de emergência, dando prioridade a ações rápidas e assistência atempada (Eck, 2018).

Outro atributo significativo do modelo de policiamento profissional pode ser considerado como seguindo os pressupostos dissuasivos tradicionais, a estratégia foi concebida com o objetivo de minimizar o tempo de resposta da aplicação da lei (Skogan, 2020).

Como estratégia para aumentar o número de detenções efetuadas durante emergências criminais, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei mobilizam frequentemente recursos para o local do incidente. Como resultado, haverá uma diminuição no número de crimes cometidos (Eck, 2018).

Em outras palavras, o paradigma da capacidade de resposta baseia-se na ideia de que a dissuasão é alcançada através da ameaça percebida de potenciais infratores serem detidos devido à chegada acelerada de unidades de serviço às cenas do crime (Sherman; Eck, 2021).

No quadro convencional da aplicação da lei, a principal medida de eficiência na maioria das organizações policiais ocidentais passou a ser a rapidez da sua resposta, apesar da falta de provas que apoiem a sua eficácia na prevenção do crime (Skogan, 2020).

Nesta era de inovação, o Policiamento Comunitário destaca-se como uma das primeiras abordagens inovadoras na aplicação da lei, caracterizada por uma gama diversificada de práticas e por uma evolução dinâmica dos seus elementos constituintes ao longo do tempo e do espaço. A implementação da estratégia tem sido normalmente feita em conjunto com vários outros programas, incluindo o policiamento orientado para a resolução de problemas, tornando difícil diferenciar os seus componentes principais daqueles que incorporam outras inovações desenvolvidas durante este período (Skogan, 2020).

No entanto, pode afirmar-se que o policiamento comunitário marcou um afastamento significativo dos métodos convencionais de policiamento que prevaleceram a nível mundial após a Segunda Guerra Mundial. Esta mudança de paradigma implicou desafiar dois pressupostos fundamentais do modelo profissional/tradicional: (i) o foco exclusivo dos esforços policiais na prevenção do crime e (ii) a preferência pelo envolvimento mínimo da comunidade, uma vez que a determinação de prioridades e a implementação de estratégias eram confiadas exclusivamente aos profissionais responsáveis pela aplicação da lei (Braga; Weisburd, 2022).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a condução desta pesquisa compreende uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos para alcançar compreensão das medidas que a sociedade busca para auxiliar na prevenção da criminalidade, juntamente com a atuação das políticas públicas e de órgãos competentes, como a Polícia Militar.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa de campo, envolvendo entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, por meio questionário via *Google Forms*. Essa abordagem permitiu uma análise qualitativa das percepções e experiências locais em relação à criminalidade.

Simultaneamente, foi conduzida uma revisão sistemática de artigos relacionados à segurança e criminalidade. Esse levantamento bibliográfico contribui com dados quantitativos para a análise estatística. As técnicas estatísticas descritivas foram empregadas na análise quantitativa dos dados coletados, enquanto a análise de conteúdo foi utilizada para identificar padrões e tendências na abordagem qualitativa.

A escolha dessa abordagem mista visa tirar proveito das vantagens de ambas as metodologias, proporcionando uma compreensão holística do fenômeno em estudo. A pesquisa quantitativa forneceu dados objetivos e mensuráveis, ao passo que a abordagem qualitativa permitiu explorar nuances e contextos específicos.

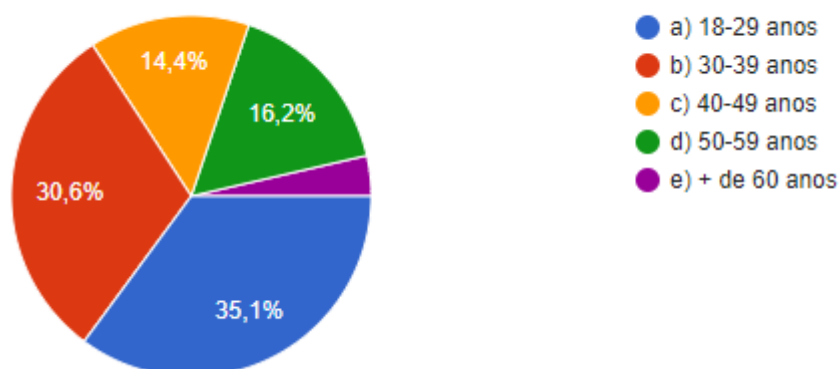
No âmbito da pesquisa qualitativa descritiva, foram realizados levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica, conforme definida por Vergara (2016), consiste no estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes. Essa abordagem foi empregada para construir o arcabouço conceitual sobre políticas públicas de prevenção da criminalidade.

Adicionalmente, foi conduzido um questionário junto à população de Porangatu-GO, utilizando a plataforma *Google Forms*, o link foi disponibilizado em grupos de *Whatsapp* da comunidade local, do município de Porangatu-GO, foi escolhido o município devido a locação da própria pesquisadora, para que facilitasse a distribuição de link de pesquisa, visando assim atingir o máximo de pessoas possíveis. Esse instrumento de pesquisa possibilitou a obtenção de dados sobre a sociedade local, enriquecendo a compreensão dos fatores que influenciam as estratégias de prevenção da criminalidade implementadas no município selecionado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada através do *Google Forms* obteve um total de 111 respostas, com uma divisão de 64 respostas do sexo masculino e 47 do sexo feminino. Em relação à faixa etária dos participantes, os resultados foram distribuídos da seguinte forma: 39 respostas para a faixa etária de 18 a 29 anos, 34 respostas para a faixa etária de 30 a 39 anos, 16 respostas para a faixa etária de 40 a 49 anos, 18 respostas para a faixa etária de 50 a 59 anos e 4 respostas para a faixa etária acima de 60 anos (gráfico 1).

Gráfico 1 – Faixa Etária

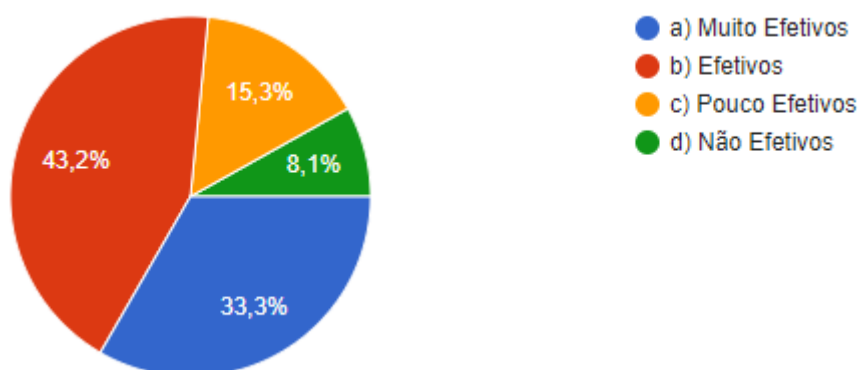


Fonte: Dados primários (2024)

O questionário iniciou-se abordando o conhecimento dos participantes sobre os Programas de Prevenção à Criminalidade em Porangatu-GO, com os seguintes resultados: 30 respostas indicaram ser "Muito Conhecedor", 32 respostas indicaram ser "Conhecedor", 33 respostas indicaram ser "Pouco Conhecedor" e 16 respostas indicaram ser "Não Conhecedor".

Em seguida, os participantes foram questionados sobre a sua percepção sobre a efetividade dos Programas de Prevenção à Criminalidade em Porangatu-GO, com os resultados apresentados em um gráfico, sendo: 37 respostas indicaram ser "Muito Efetivos", 48 respostas indicaram ser "Efetivos", 17 respostas indicaram ser "Pouco Efetivos" e 9 respostas indicaram ser "Não Efetivos", conforme pode ser visto do gráfico 2.

Gráfico 2 - Efetividade dos Programas de Prevenção à Criminalidade

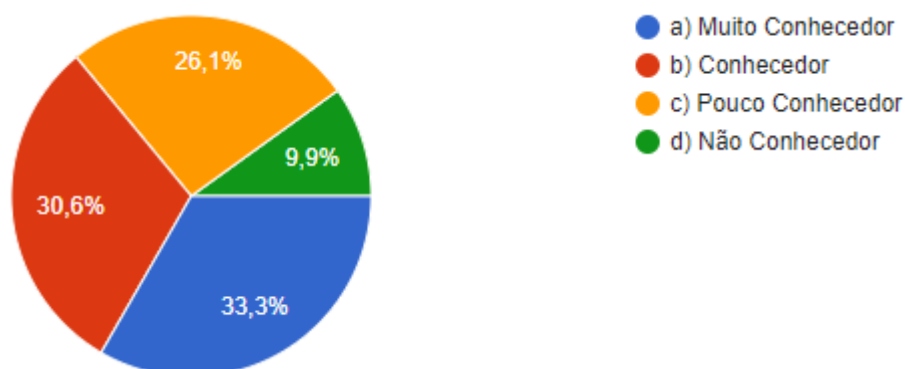


Fonte: Dados primários (2024)

O conceito de segurança, conforme descrito por Gomes (2011), enfatiza a importância da prevenção e controle da violência, apoiando-se na ação integrada entre as instituições e a sociedade civil. Dentro desse paradigma, uma política específica de prevenção do crime social difere do mero investimento na política social, uma vez que os resultados destinados a intervir nessas dinâmicas criminais são limitados no tempo, como destacado por Souza (2016).

Ao serem indagados sobre o nível de conhecimento em relação às medidas de segurança pública adotadas no município, os participantes apresentaram as seguintes respostas: 37 indicaram ser "Muito Conhecedor", 34 indicaram ser "Conhecedor", 29 indicaram ser "Pouco Conhecedor" e 11 indicaram ser "Não Conhecedor", conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Conhecimento das medidas de Prevenção à Criminalidade



Fonte: Dados primários (2024)

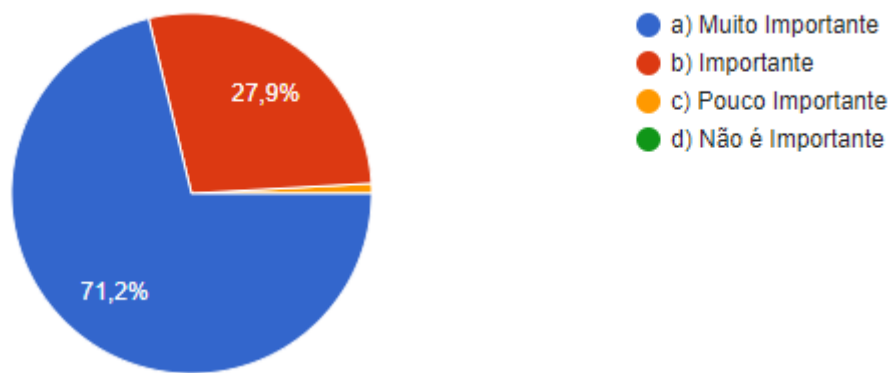
Na elaboração de políticas públicas voltadas para promover os direitos fundamentais necessários a uma vida digna e para aprimorar a atuação do Estado, é essencial possuir uma compreensão profunda do contexto social em que as instituições públicas operam. Essa compreensão nos capacita a compreender e analisar as necessidades de comunidades específicas, identificando as medidas mais adequadas e eficazes para mitigar ou eliminar problemas públicos, como destacado por Martins (2021).

É crucial ressaltar que as demandas e os interesses públicos e políticos podem variar significativamente entre diferentes entidades ou regiões federais. Portanto, a compreensão do contexto social e dos problemas existentes é fundamental para adaptar adequadamente a ação pública, abrangendo todos os setores da administração pública, inclusive os órgãos de

segurança pública. Essas instituições devem compreender as necessidades do ambiente em que estão inseridas, a fim de desenvolver medidas para mitigar as deficiências estruturais nas organizações sociais, conforme ressaltado por Filocre (2017).

Essa questão também está relacionada ao gráfico 4, que indaga sobre a importância atribuída às medidas de segurança pública para os participantes. Dos entrevistados, 79 consideraram ser "Muito Importante", 31 consideraram "Importante", 1 considerou "Pouco Importante" e não houve resposta para "Não é Importante".

Gráfico 4 - Importância das Medidas de Segurança Pública



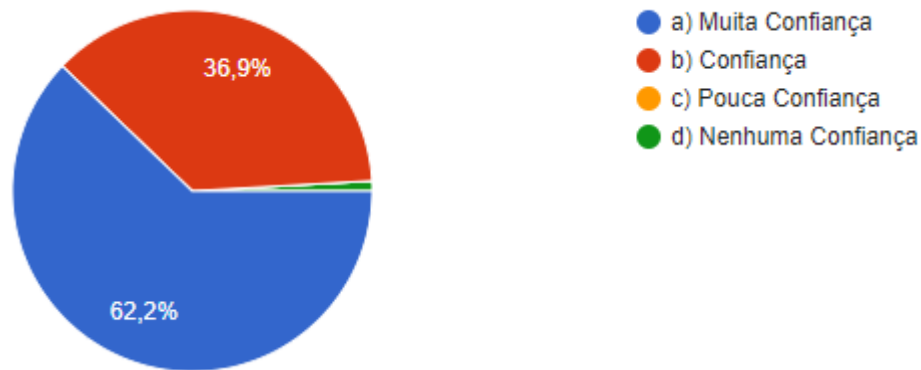
Fonte: Dados primários (2024)

Essas considerações destacam a importância da confiança nas instituições de segurança pública, como a Polícia Militar, e da integração entre diversos atores e setores para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e combate à criminalidade, visando uma maior segurança e bem-estar da comunidade.

O nível de confiança que os cidadãos depositam nas instituições está diretamente ligado à sua percepção de quão bem as instituições cumprem os objetivos pretendidos. A polícia, por exemplo, conta com a confiança do público para desempenhar as suas funções com maior eficiência. A colaboração com os cidadãos é crucial para uma prevenção eficaz do crime, uma vez que o envolvimento da comunidade fortalece a eficácia dos esforços de aplicação da lei (Bayley; Skolnick, 2021).

Ao investigar o nível de confiança nas ações da Polícia Militar para o combate à criminalidade, os resultados mostraram que 69 participantes indicaram "Muita Confiança", 41 indicaram "Confiança" e apenas 1 indicou "Nenhuma Confiança", conforme apresentado no gráfico 5. (Não houve resposta para a opção "Pouca Confiança").

Gráfico 5 - Importância das Medidas de Segurança Pública



Fonte: Dados primários (2024)

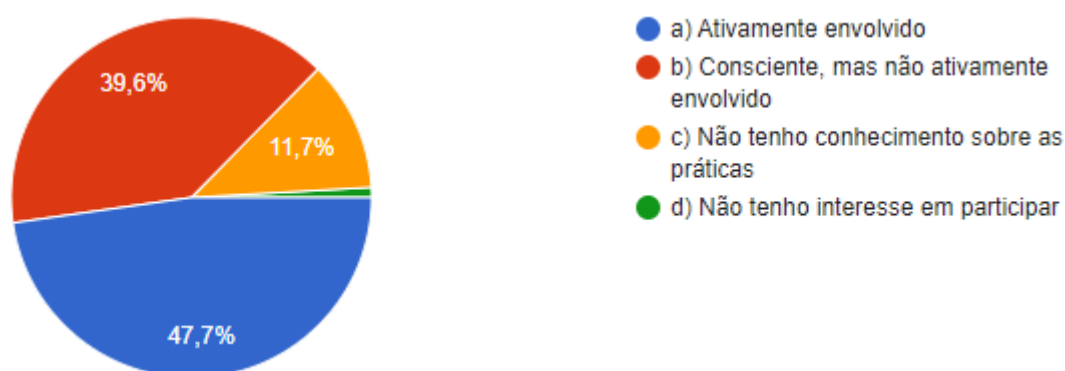
As atividades do eixo de medidas preventivas incluem a articulação com outros serviços de atenção a adolescentes e jovens, visando a construção de redes com base nas necessidades públicas e nas oportunidades de ampliação e fortalecimento das redes sociais de proteção comunitária para cada indivíduo atendido. Um aspecto crucial na concepção inicial de cada medida de segurança foi a mobilização comunitária e a participação dos moradores nas discussões sobre violência e crime nos locais de implementação. Essa dimensão de participação social direta é uma vantagem do arranjo, especialmente em termos de legitimidade (Souza, 2016).

Quando os cidadãos confiam na PM, estão mais propensos a cooperar e colaborar com as autoridades, relatando crimes, testemunhando em processos judiciais e seguindo as orientações policiais. Essa confiança mútua fortalece os laços entre a polícia e a comunidade, facilitando a comunicação e a resolução eficaz de problemas. Além disso, um alto índice de confiança social pode contribuir para a redução da criminalidade, pois os criminosos são menos propensos a agir em áreas onde a presença policial é forte e a comunidade está ativamente envolvida na prevenção do crime (Bayley; Skolnick, 2021).

No que diz respeito ao eixo de intervenção estratégica, ele é compreendido como voltado principalmente para a articulação interinstitucional, considerando os diferentes atores envolvidos nas áreas da segurança pública e da justiça criminal. As ações desse eixo buscam facilitar a comunicação e encaminhamentos em reuniões, além de capacitar os participantes do projeto em diversos aspectos relacionados à prevenção e controle de homicídios (Martins, 2021).

O envolvimento da comunidade na vigilância e denúncia de atividades suspeitas é crucial para fortalecer as práticas preventivas e promover a segurança pública. Os resultados da pesquisa revelaram que 53 participantes indicaram estar "Ativamente envolvidos", enquanto 44 indicaram estar "Conscientes, mas não ativamente envolvidos". Apenas 13 responderam "Não tenho conhecimento sobre as práticas", e apenas 1 indicou "Não tenho interesse em participar", conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Envolvimento da Sociedade nas Medidas de Segurança



Fonte: Dados primários (2024)

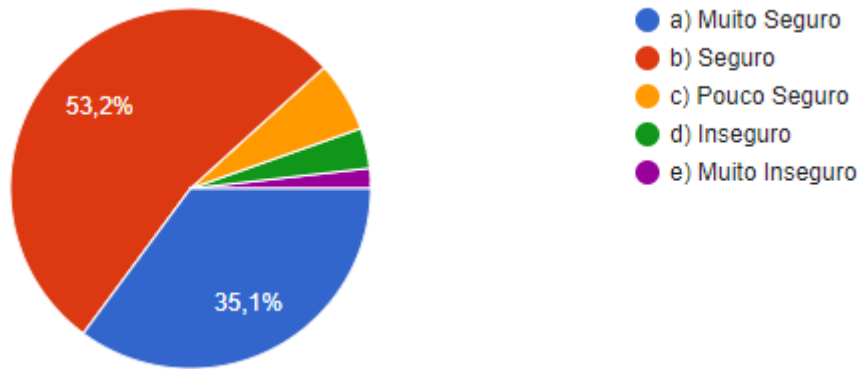
Nesta perspectiva, é essencial que os órgãos de segurança pública estejam adaptados à realidade da comunidade e tenham consciência das suas necessidades e desejos. Dessa forma, podem implementar um modelo de policiamento mais próximo da população, tornando os órgãos policiais acessíveis a todos. Essa abordagem não apenas promove a segurança, mas também inibe comportamentos que perturbam a ordem pública e violam o sistema jurídico do país (Filocre, 2017).

Essa interação entre a comunidade e os órgãos de segurança pública fortalece os laços sociais, aumenta a confiança nas instituições e contribui para a construção de um ambiente mais seguro e coeso para todos os cidadãos, investir na construção e manutenção desse alto nível de confiabilidade social não apenas fortalece a legitimidade e a eficácia da PM, mas também promove uma sociedade mais segura e coesa como um todo (Bayley; Skolnick, 2021).

A partir da avaliação geral da sensação de segurança no município, conforme apresentado no Gráfico 7, percebe-se que a maioria dos participantes indicou sentir-se seguro. Dos entrevistados, 39 responderam "Muito Seguro" e 59 responderam "Seguro". Por outro

lado, 7 pessoas indicaram sentir-se "Pouco Seguro", enquanto apenas 4 se sentiram "Inseguros" e 2 "Muito Inseguros".

Gráfico 7 – Avaliação Geral da Sensação de Segurança



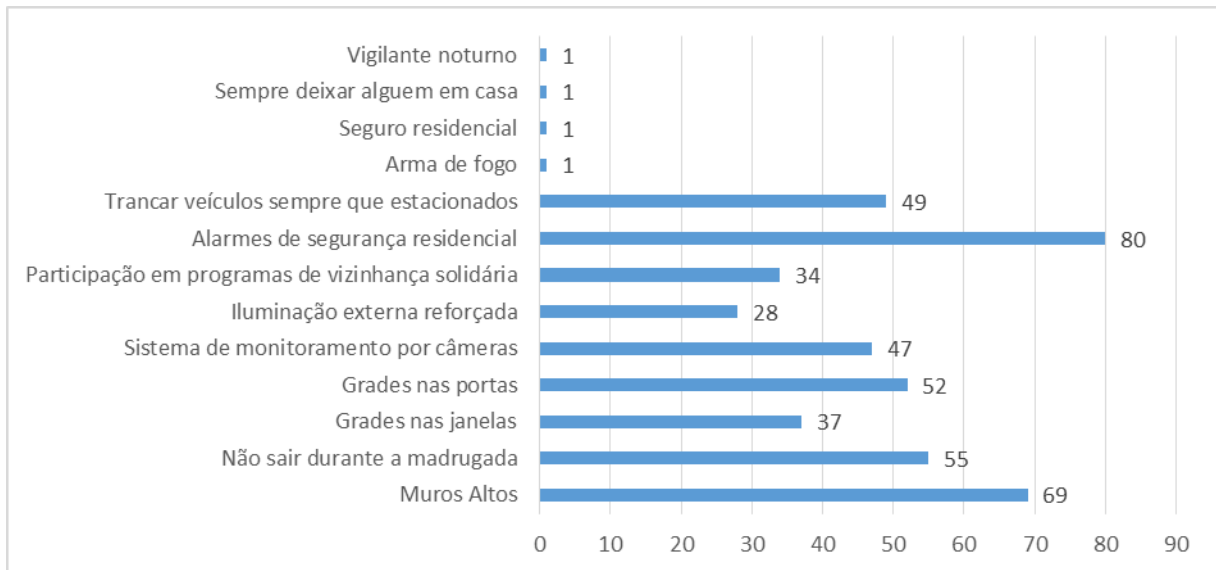
Fonte: Dados Primários (2024).

Nesse contexto, a abordagem da polícia cidadã é fundamental. Essa abordagem busca utilizar a força apenas como último recurso para manter a ordem e defender os direitos fundamentais dos cidadãos. É essencial que a polícia esteja alinhada com as necessidades da sociedade, evitando comportamentos brutais e desrespeitosos que violem os princípios estabelecidos na Constituição.

À medida que as mudanças sociais avançam, torna-se ainda mais crucial reformular as políticas de segurança pública e reorganizar as instituições responsáveis por essa área. O objetivo é adaptar essas instituições às necessidades sociais em constante mudança, evitando a rigidez e a resistência às novas exigências. Como destacado por Gomes (2011), essa flexibilidade é essencial para garantir que as políticas de segurança atendam efetivamente às demandas da sociedade e promovam um ambiente seguro e harmonioso para todos os cidadãos.

E por fim, o Gráfico 8 revela as estratégias mais comuns utilizadas pelos cidadãos para prevenir a criminalidade em suas comunidades. Entre as estratégias mais citadas estão o uso de alarmes de segurança residencial (80 respostas), seguido por muros altos (69 respostas) e não sair durante a madrugada (55 respostas). Outras medidas populares incluem trancar veículos sempre que estacionados (49 respostas), grades nas portas (52 respostas) e sistemas de monitoramento por câmeras (47 respostas).

Gráfico 8 – Medidas Preventivas Utilizadas pela Sociedade



Fonte: Dados primários (2024)

Essas estratégias individuais refletem a preocupação dos cidadãos com a segurança de suas residências e comunidades, alicerçado no modelo social de valorização da posse e do patrimônio material. No entanto, é importante ressaltar que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e os cidadãos. Como mencionado por Oliveira e Lazari (2017), o policial é, antes de tudo, um cidadão, e a cidadania deve ser nutrida em todos os indivíduos, promovendo um senso de responsabilidade mútua pela segurança.

Nesse contexto, o conceito de segurança civil ganha destaque, destacando a importância de identificar e resolver os problemas geradores de violência por meio de ações conjuntas entre o Estado e a comunidade. Como argumentado por Freire (2009), na perspectiva da segurança cidadã, a violência é vista como uma ameaça ao pleno exercício da cidadania, enfatizando a necessidade de colocar os cidadãos no centro das estratégias de segurança.

Portanto, ao adotar medidas preventivas individualmente e participar ativamente de programas comunitários, os cidadãos contribuem para a construção de uma sociedade mais segura e coesa, onde a segurança pública é uma preocupação compartilhada e abordada de forma integrada.

Em última análise, a segurança pública é um direito fundamental de todos os cidadãos, e seu alcance eficaz requer uma abordagem holística que englobe tantas ações individuais quanto políticas públicas coordenadas. Ao reconhecer a importância da participação ativa da comunidade e da colaboração entre os diferentes atores sociais, podemos

construir ambientes mais seguros e resilientes, onde a prevenção da criminalidade e a promoção da cidadania são prioridades compartilhadas.

Portanto, investir em estratégias que fortaleçam o tecido social, promovam a inclusão e o empoderamento dos cidadãos e abordem as causas subjacentes da violência é essencial para construir comunidades mais seguras e coesas. Somente através de uma abordagem integrada e colaborativa podemos alcançar uma verdadeira segurança civil, onde todos os membros da sociedade possam desfrutar plenamente de seus direitos e viver com dignidade.

5 CONCLUSÃO

Considerando os resultados obtidos nesta pesquisa sobre segurança pública e prevenção da criminalidade, é evidente que a integração de abordagens quantitativas e qualitativas proporcionou uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

Os participantes demonstraram um nível significativo de conhecimento sobre os programas de prevenção à criminalidade em Porangatu-GO, embora haja espaço para melhorias na divulgação e implementação desses programas. A percepção sobre a efetividade dessas iniciativas foi predominantemente positiva, destacando a importância das medidas de segurança pública para a comunidade.

Além disso, a confiança nas ações da Polícia Militar para combater a criminalidade foi amplamente reconhecida, ressaltando a importância do envolvimento da sociedade na vigilância e denúncia de atividades suspeitas.

Como direcionamentos para futuras pesquisas, vislumbra-se o aprofundamento e análises mais efusivas acerca das estratégias de prevenção da criminalidade, incluindo avaliações de impacto e estudos comparativos entre diferentes modelos de policiamento. Além disso, investigações sobre a eficácia das medidas preventivas adotadas pela sociedade e o papel das instituições públicas na promoção de ambientes seguros são cruciais.

A hipótese de que a colaboração entre o Estado e a comunidade é fundamental para enfrentar os desafios da segurança pública foi corroborada pelos resultados deste estudo. Por exemplo, dos participantes entrevistados, 88% demonstraram conhecimento sobre os programas de prevenção à criminalidade no município, enquanto 97% atribuíram importância significativa às medidas de segurança pública. Além disso, 85% dos entrevistados relataram confiar nas ações da Polícia Militar para combater a criminalidade. Esses números destacam a confiança e o engajamento da comunidade nas iniciativas de segurança.

Portanto, sugere-se que futuras pesquisas continuem a explorar essa relação e identifiquem práticas eficazes de cooperação para melhorar a segurança e o bem-estar da população. Investigar como as estratégias comunitárias, como a participação em programas de vizinhança solidária e a vigilância colaborativa, podem ser ainda mais fortalecidas e integradas às políticas públicas de segurança seria um próximo passo crucial. Essas descobertas têm o potencial não apenas de informar as políticas de segurança pública, mas também de fortalecer os laços entre a comunidade e as instituições de segurança, promovendo um ambiente mais seguro e solidário para todos.

Em suma, este estudo destacou a importância da abordagem integrada e colaborativa na prevenção da criminalidade, fornecendo insights valiosos para orientar políticas públicas e práticas de segurança. Espera-se que os resultados e direcionamentos propostos por esta pesquisadora inspirem investigações futuras e contribuam para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no campo da segurança pública.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T.; LIMA, R.S. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**. v.13, n.4, p. 62-74, 1999.

AMARO, Marcos Antônio. **Arquitetura contra o crime: PCAA – Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

BAYLEY, D.; SKOLNICK, J. **Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas**. São Paulo: Edusp, 2021.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

BRAGA, A. A.; WEISBURD, D. Problem-oriented policing: The disconnect between principles and practice. In Weisburd, D.; Braga, A. A. (Eds.). **Police Innovation: Contrasting perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press. 2022.

ECK, J. E. Science, values, and problem-oriented policing: Why problem-oriented policing? In Weisburd, D.; Braga, A. A. (Eds.). **Police Innovation: Contrasting perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018

FILOCRE, L. D. **Direito policial moderno: polícia de segurança pública no direito administrativo brasileiro**. Coimbra: Almedina, 2017.

FREIRE, Moema Dutra. **Acesso à Justiça e Prevenção à violência: Reflexões a partir do projeto Justiça Comunitária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível

em:https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6450/1/2006_Moema%20Dutra%20Freire.pdf. Acesso em: 02 de mar 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. 2017. Disponível em:

<https://observatoriocrianca.org.br/system/library_items/files/000/000/004/original/Cen%C3%A1rio_da_Inf%C3%A2ncia_e_Adolesc%C3%A2ncia_2017.pdf?1510661423>. Acesso: em 27 de nov. 2023.

GOMES, Felipe Galgani. **Formação de agendas governamentais e políticas de segurança pública com cidadania: o caso de Contagem**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Profa. Dra. Telma Maria Gonçalves Menicucci. Belo Horizonte, 2011.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCÁ, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantinho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

KELLING G. L., PATE, A., DIECKMAN, D.; BROWN, C. E. **The Kansas City preventative patrol experiment: Technical report**. Washington, DC: The Police Foundation. 2019.

LIMA, R.S.; SILVESTRE, G; Esporte, violência e cidadania. **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-Fi%CC%81sicase-Esportivas-e-Seguranca%CC%A7a-Pu%CC%81blica.pdf>>. Acesso: em 27 de nov. 2023.

MARTINS, F. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. **Manual de Direitos Humanos: volume único**. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

SHERMAN, L. W., ECK, J. E. Policing for crime prevention. In L.W. Sherman, D.P. Farrington, B.C. Welsh, and D.L. McKenzie, D. L. (eds.). **Evidence-based crime prevention** (pp. 295-329). New York: Routledge, 2021.

SILVEIRA, Miguel Ângelo. **Vistoria preventiva residencial (VPR): construção do serviço de prevenção criminal através da avaliação da vulnerabilidade do ambiente construído**. 2012. 115 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122971>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SKOGAN, G. W. The promise of community policing. In Weisburd, D.; Braga, A. A. (Eds.). **Police Innovation: Contrasting perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press. 2020.

SOUZA, Talles Andrade de Souza. **A implementação da política estadual de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: Paradigmas, Coalizões e Incrementalismo**. 2016. 350 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2016.

TASCA, Jorge Eduardo. **A contribuição da avaliação de desempenho, como um instrumento de apoio à decisão, para a prevenção ao crime baseada no ambiente.** 2013. 350 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122971>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**ESTRATÉGIAS USADAS PELA SOCIEDADE PARA A PREVENÇÃO DA
CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE PORANGATU-GO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

O senhor (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “ESTRATÉGIAS USADAS PELA SOCIEDADE PARA A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE PORANGATU-GO”. Nesta pesquisa pretendemos compreender quais as estratégias usadas pela comunidade para auxiliar a PMGO na prevenção da criminalidade no município de Porangatu-GO. Garantimos a você a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

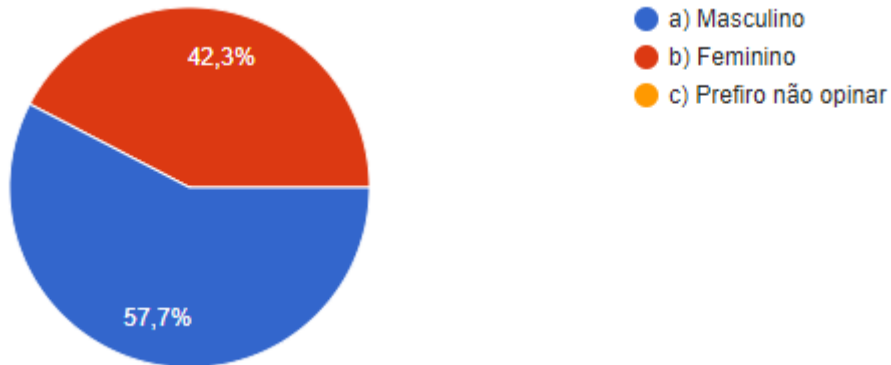
Pesquisador Responsável: Weslaine do Amaral Martins

Orientador: Josimar Pires Nicolau do Nascimento

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO E RESPOSTAS

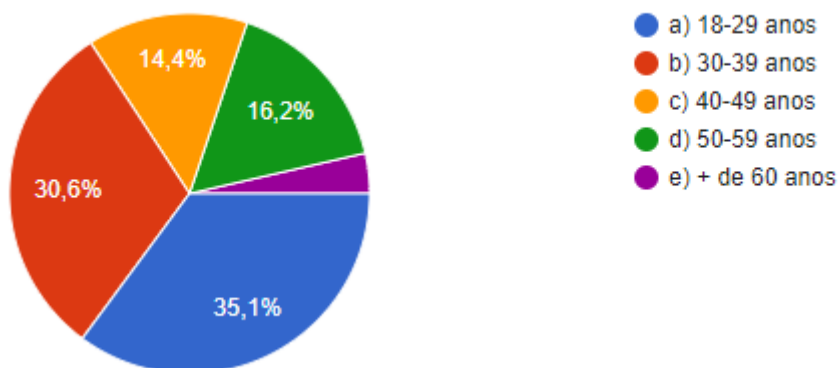
1. Sexo:

- a) Masculino
- b) Feminino
- c) Prefiro não opinar



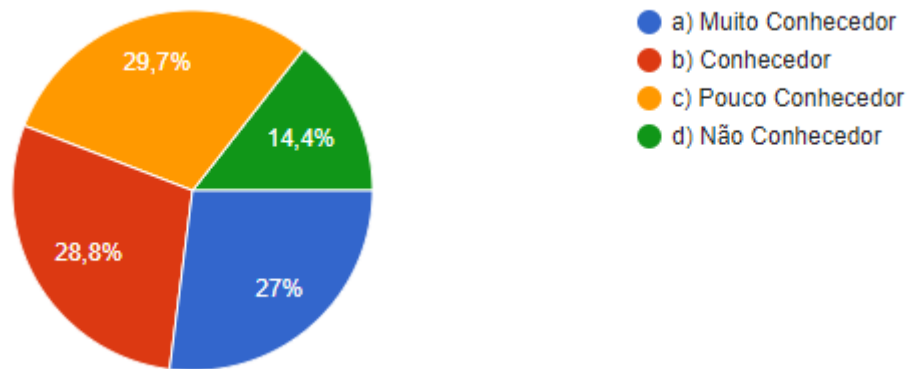
2. Faixa Etária:

- a) 18-29 anos
- b) 30-39 anos
- c) 40-49 anos
- d) 50-59 anos
- e) + de 60 anos



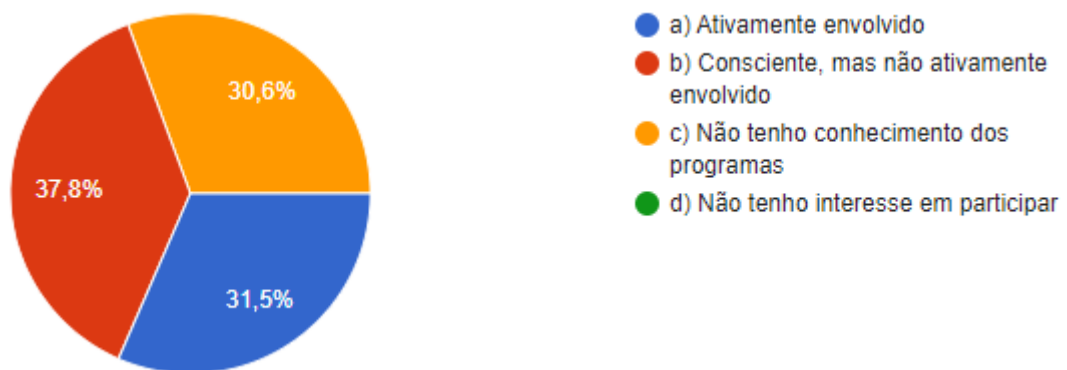
3. Possui conhecimento sobre Programas de Prevenção à Criminalidade em Porangatu-GO:

- a) Muito Conhecedor
- b) Conhecedor
- c) Pouco Conhecedor
- d) Não Conhecedor



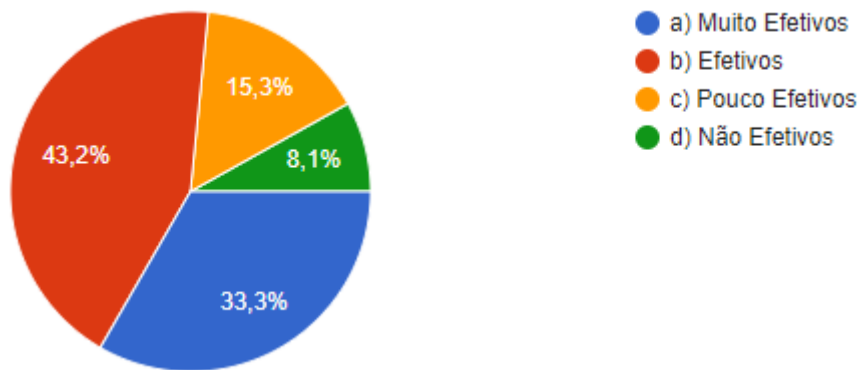
4. Qual a sua participação em Programas de Prevenção à Criminalidade?

- a) Ativamente envolvido
- b) Consciente, mas não ativamente envolvido
- c) Não tenho conhecimento dos programas
- d) Não tenho interesse em participar



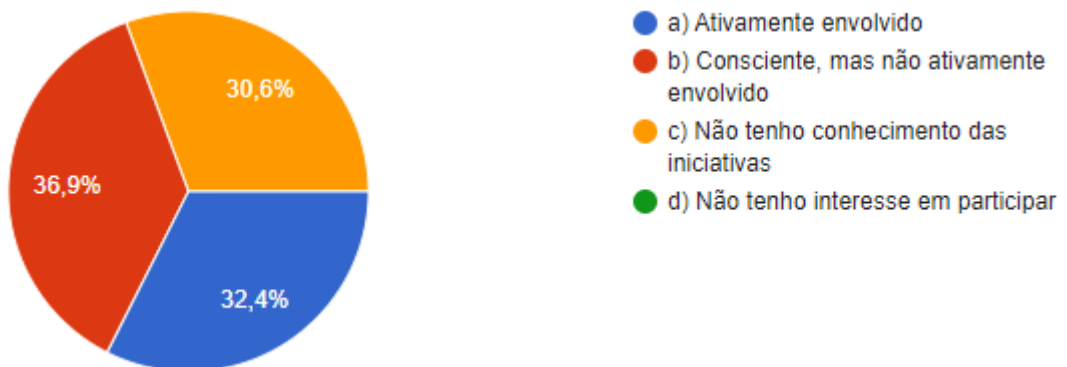
5. Percepção sobre a Efetividade dos Programas de Prevenção à Criminalidade em Porangatu-GO:

- a) Muito Efetivos
- b) Efetivos
- c) Pouco Efetivos
- d) Não Efetivos



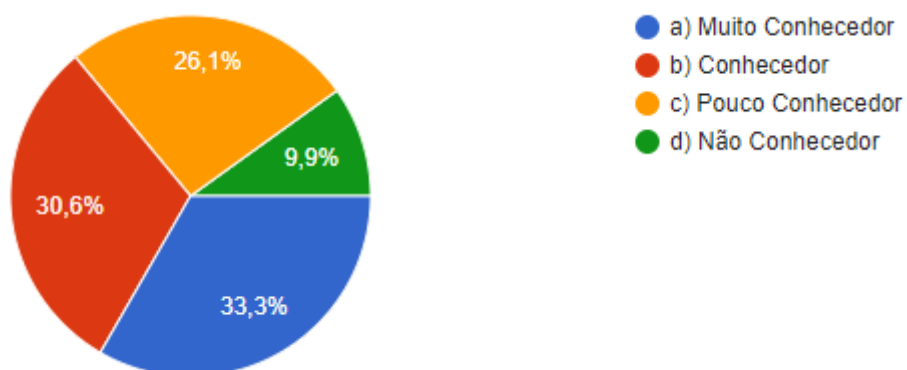
6. Nível de Envolvimento da Comunidade nas Iniciativas de Prevenção à Criminalidade:

- a) Ativamente envolvido
- b) Consciente, mas não ativamente envolvido
- c) Não tenho conhecimento das iniciativas
- d) Não tenho interesse em participar



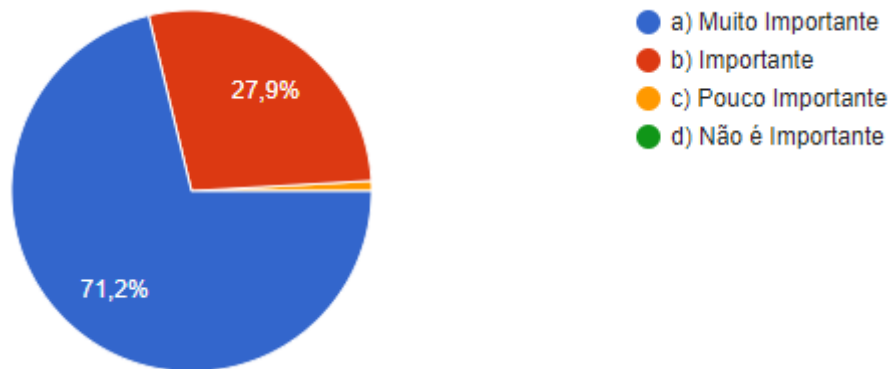
7. Conhecimento sobre Medidas de Segurança Pública Adotadas no Município:

- a) Muito Conhecedor
- b) Conhecedor
- c) Pouco Conhecedor
- d) Não Conhecedor



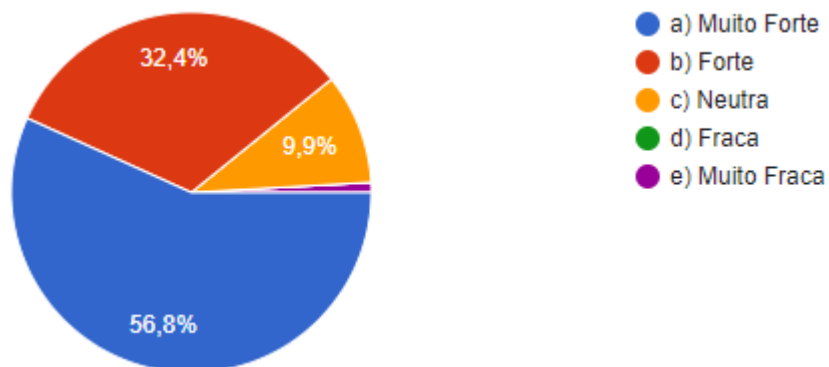
8. Importância atribuída às Medidas de Segurança Pública para Você:

- a) Muito Importante
- b) Importante
- c) Pouco Importante
- d) Não é Importante



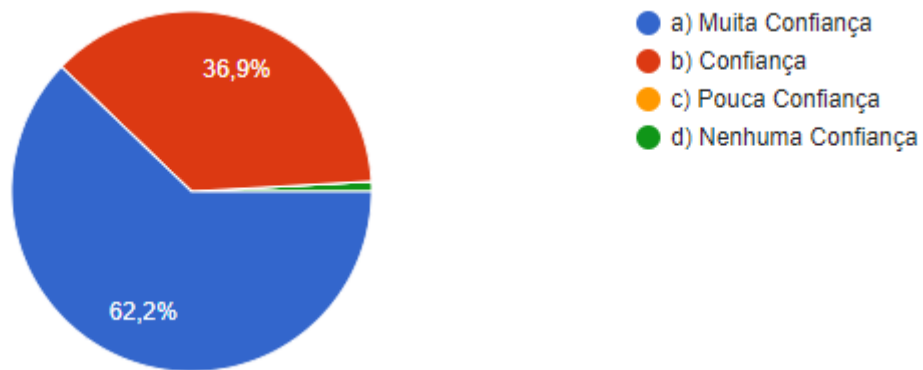
9. Percepção sobre a Relação entre Iluminação Pública e Prevenção da Criminalidade:

- a) Muito Forte
- b) Forte
- c) Neutra
- d) Fraca
- e) Muito Fraca



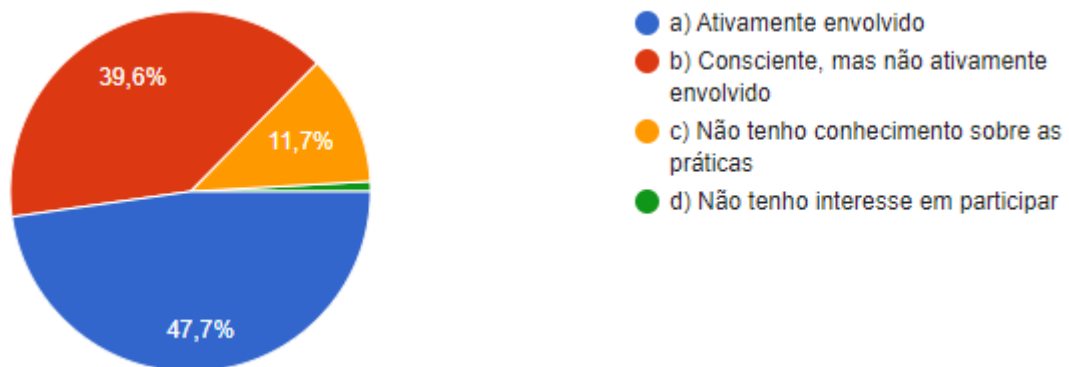
10. Confiança nas Ações da Polícia Militar para Combate à Criminalidade:

- a) Muita Confiança
- b) Confiança
- c) Pouca Confiança
- d) Nenhuma Confiança



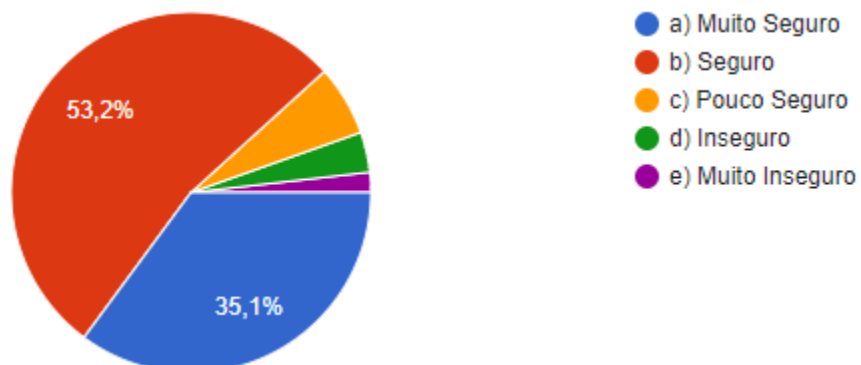
11. Envolvimento da Comunidade na Vigilância e Denúncia de Atividades Suspeitas:

- a) Ativamente envolvido
- b) Consciente, mas não ativamente envolvido
- c) Não tenho conhecimento sobre as práticas
- d) Não tenho interesse em participar



12. Avaliação Geral da Sensação de Segurança no Município:

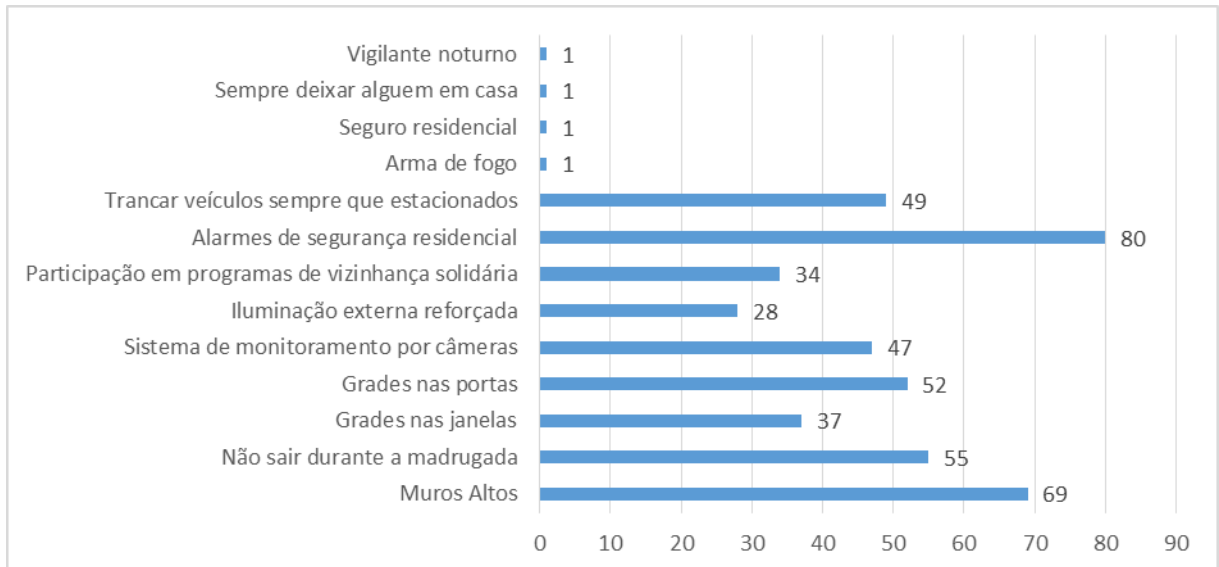
- a) Muito Seguro
- b) Seguro
- c) Pouco Seguro
- d) Inseguro
- e) Muito Inseguro



13. Quais estratégias você utiliza para prevenir a criminalidade?

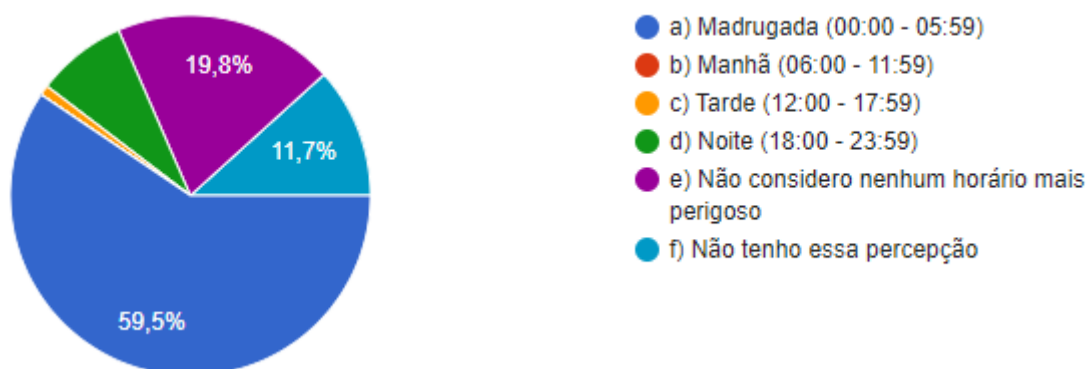
- a) Muros Altos
- b) Não sair durante a madrugada
- c) Grades nas janelas
- d) Grades nas portas
- e) Sistema de monitoramento por câmeras
- f) Iluminação externa reforçada
- g) Participação em programas de vizinhança solidária
- h) Alarmes de segurança residencial
- i) Trancar veículos sempre que estacionados
- j) Cerca elétrica

Outro:



14. Em sua percepção, quais são os horários considerados mais perigosos pela sociedade de Porangatu-GO em relação à criminalidade?

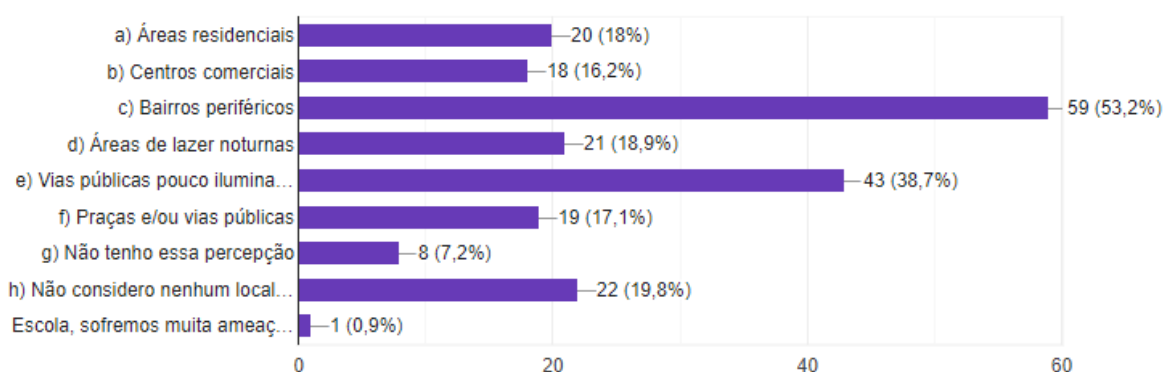
- a) Madrugada (00:00 - 05:59)
- b) Manhã (06:00 - 11:59)
- c) Tarde (12:00 - 17:59)
- d) Noite (18:00 - 23:59)
- e) Não considero nenhum horário mais perigoso
- f) Não tenho essa percepção



15. Em sua opinião, quais são os locais considerados mais perigosos pela sociedade de Porangatu-GO em relação à criminalidade? (Escolha ao menos dois locais)

- a) Áreas residenciais
- b) Centros comerciais
- c) Bairros periféricos
- d) Áreas de lazer noturnas
- e) Vias públicas pouco iluminadas
- f) Praças e/ou vias públicas
- g) Não tenho essa percepção
- h) Não considero nenhum local mais perigoso

Outro:



Agradecemos imensamente por sua participação nesta pesquisa. Seu envolvimento é crucial para o sucesso deste estudo. Caso sinta-se à vontade para compartilhar mais de sua opinião, estamos ansiosos por sua contribuição adicional neste momento. Sua perspectiva é extremamente valiosa para nós e ajudará a enriquecer nossas análises.

Entrevistado 1: A maioria dos crimes de Porangatu são desvendados falta câmeras nas saídas/entradas da cidade e em alguns pontos principais para ajudar a maior investigação e prevenção de crimes.

Entrevistado 2: Acredito que Porangatu está sendo bem cuidada em questão de segurança, por outro lado na minha rua falta assalto, muito buraco, com acidentes diariamente.

Entrevistado 3: Acho que deveria ter um sistema de monitoramento por câmeras nas principais vias públicas. Para ajudar a polícia militar a identificar as ações criminosas.

Entrevistado 3: Criar associações de moradores por bairros, inserindo entidades comerciais, religiosas e escolar...

Entrevistado 4: Sem envolvimento da sociedade será impossível melhorar essa situação.